



## DINÂMICA TERRITORIAL E REDES DAS INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ NO RIO GRANDE DO SUL

Josuan Avila da Conceição<sup>1</sup>  
Paulo Roberto Rodrigues Soares<sup>2</sup>

### RESUMO

O artigo pretende trazer a organização territorial das indústrias de beneficiamento de arroz no Rio Grande do Sul, mostrando os seus principais agentes, os principais polos de produção, seu contexto histórico de formação e as redes por ela instituídas no território, tanto em escala regional – no interior do estado gaúcho –, quanto em escala nacional e global, envolvendo a implantação de estabelecimentos de beneficiamento, comercialização e mercados. Também busca analisar a contribuição do poder público e demais iniciativas privadas no território das arrozeiras gaúchas. A abordagem do tema se justifica pelo fato de que o Rio Grande do Sul ser o maior produtor nacional do cereal, sendo o protagonista das principais políticas nacionais e supranacionais que envolvem essa cadeia produtiva, bem como as suas potencialidades e problemas encontrados em seu interior.

**Palavras-chave:** Arroz. Beneficiamento. Território. Redes. Rio Grande do Sul.

### ABSTRACT

The article intends to bring the territorial organization of the rice processing industries in Rio Grande do Sul, showing their main agents, the main production poles, their historical context of formation and the networks established by them in the territory, both on a regional scale – in the interior of the state of Rio Grande do Sul –, as well as on a national and global scale, involving the establishment of processing, commercialization and market establishments. It also seeks to analyze the contribution of public authorities and other private initiatives in the territory of rice farmers in Rio Grande do Sul. The approach to the theme is justified by the fact that Rio Grande do Sul is the largest national producer of the cereal, being the protagonist of the main national and supranational policies that involve this production chain, as well as its potential and problems found in its interior.

**Keys-words:** Rice. Processing. Territory. Networks. Rio Grande do Sul.

---

<sup>1</sup> Docente do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), Campus Pelotas. Doutorando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: conceicaojosuan86@gmail.com.

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Orientador. E-mail: paulo.soares@ufrgs.br



## RESUMEN

El artículo pretende acercar la organización territorial de las industrias procesadoras de arroz en Rio Grande do Sul, mostrando sus principales agentes, los principales polos productivos, su contexto histórico de formación y las redes establecidas por ellas en el territorio, tanto a escala regional - en el interior del estado de Rio Grande do Sul -, así como a escala nacional y global, lo que implica el establecimiento de establecimientos de procesamiento, comercialización y mercado. También busca analizar la contribución de las autoridades públicas y otras iniciativas privadas en el territorio de los productores de arroz en Rio Grande do Sul. El abordaje del tema se justifica por el hecho de que Rio Grande do Sul es el mayor productor nacional del cereal, siendo el protagonista de las principales políticas nacionales y supranacionales que involucran a esta cadena productiva, así como sus potencialidades y problemas encontrados en su interior.

**Palabras clave:** Arroz. Territorio. Procesando. Redes. Rio Grande del Sur.

## INTRODUÇÃO

O arroz é um dos principais componentes da alimentação diária da população brasileira, presente no seu cotidiano desde os primórdios da colonização portuguesa. Não por acaso, o Brasil está entre os dez maiores produtores do cereal no planeta, atendendo sobremaneira o seu mercado interno. Em escala nacional, o estado do Rio Grande do Sul é o líder nacional na produção de arroz, respondendo em torno de dois terços do total que é produzido no país, estando o setor entre os mais dinâmicos e importantes, inclusive para a própria economia gaúcha como um todo.

Existe uma grande cadeia produtiva que está intrinsecamente articulada entre os segmentos arrozeiros a partir da produção no campo, com a participação de diversas unidades de beneficiamento (contando com uma infraestrutura significativa, com silos para armazenagem e secagem), bem como de filiais de distribuição das mercadorias, especialmente aquelas que estão fora do território gaúcho. Nesse contexto, a economia arrozeira demonstra uma série de inovações tecnológicas que aprimoram tanto a sua escala, quanto o seu escopo de produção, favorecendo a expansão de suas empresas, inclusive algumas chegando ao patamar de grandes conglomerados com atuação em outros países, além da exportação e importação de grãos e insumos.

O presente texto sintetiza a nossa pesquisa desenvolvida no doutorado do Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na qual abordamos as redes de produção da indústria arrozeira, apontando a sua organização territorial tanto em escala regional, quanto em níveis nacional e global. Também apontamos quais são os principais agentes responsáveis pela organização dessa cadeia produtiva no decorrer do tempo,



mais precisamente a partir de inícios do século XX, ora públicos, ora privados, no caso as próprias empresas e unidades fabris de beneficiamento.

Postas essas informações, o objetivo da pesquisa é mensurar a contribuição da indústria arrozeira na economia e configuração territorial do Rio Grande do Sul, demonstrando os seus principais agentes, bem como as suas respectivas unidades de beneficiamento (localizada internas e externamente ao Rio Grande do Sul), territórios de abrangência de seus mercados e redes de articulação para a produção e distribuição do arroz beneficiado nas distintas escalas geográficas.

## **METODOLOGIA**

Pretendemos trazer a análise da cadeia produtiva de arroz através do método regressivo-progressivo, contribuição trazida por Lefebvre (1978) na qual a análise da realidade leva em questão ao contexto espaço-temporal de sua formação, indo para um processo regressivo, para entender os múltiplos fatores e processos que o contribuíram, em uma tendência à uma progressão de seus movimentos até à atualidade. Outra proposta a ser usada em conjunto no método regressivo-progressivo é a periodização da economia arrozeira gaúcha em fases, partindo da transição entre o fim da economia charqueadora e o início da lavoura arrozeira moderna, entre fins do século XIX e inícios do século XX. Não se pretende trazer uma visão simplista da economia arrozeira gaúcha, mas sim possibilitar um melhor entendimento dos principais acontecimentos que permitiram a sua evolução.

Para fins de delimitação do objeto de estudo, recorreremos à metodologia estabelecida pela Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) versão 2.0 - formulada pela Comissão Nacional de Classificação no ano de 2006 e administrada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para a pesquisa, considera-se como integrantes do objeto de estudo as empresas (e seus respectivos estabelecimentos de produção) que estejam classificadas na Classe 10.61-9, intitulada de Beneficiamento de Arroz e subordinada à Seção C "Indústrias de Transformação", Divisão 10 "Fabricação de Produtos Alimentícios, de acordo com a estrutura da CNAE 2.0.

Por fim, cabe lembrarmos aos leitores a diferenciação entre a empresa e o estabelecimento, para fins de um melhor esclarecimento sobre quais agentes estamos nos referindo no decorrer do trabalho. Vamos abordar a empresa como uma entidade jurídica, que reúne a organização estratégica dos fatores produtivos na execução de bens e serviços, ao passo



em que o estabelecimento é o local no qual a produção física da empresa ocorre, no qual reúnem-se os insumos e a mão de obra para o desenvolvimento das atividades.

## REFERENCIAL TEÓRICO

No embasamento teórico, trazemos as contribuições de Mendez (2004) e Mendez & Caravacca (1999) sobre o setor industrial em relação à sua evolução e inovação tecnológica, bem como em suas configurações no território ao longo do tempo. Também pretende-se abordar o conceito de redes, mediante as análises de Castells, Santos Dias & Silveira (2021) e Silveira & Felippi (2018), na medida em que essas articulam os diferentes territórios de atuação (produção e mercados) das indústrias arroseiras a partir do estado.

Para analisar a cadeia produtiva do arroz no Rio Grande do Sul, seguimos uma abordagem nos campos econômico e histórico sobre a localização da mesma no estado, aplicam-se os trabalhos de Ayres (2010), Beskow (1984), Henkin (2010), Oliveira Neto (2015), Souza (2014) e Zamberlan (2011), que enfocam tanto o contexto histórico, quanto a estrutura produtiva das indústrias arroseiras. Por fim, nos apoiamos em nossa pesquisa anterior (Conceição, 2015) quando abordamos o caso da indústria arroseira no município de Pelotas, o maior centro de beneficiamento do Brasil.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora a indústria de arroz seja considerada como um ramo tradicional, que lida com produtos e elementos tecnológicos de menor valor agregado em relação a outros com tecnologia de ponta (a exemplo da informática e da indústria aeroespacial), ela também tem sido passível de constantes inovações em sua cadeia produtiva, na medida em que nela ocorrem as mudanças de consumo e demanda no mercado e as exigências estabelecidas pelo poder público, a exemplo do Regulamento Técnico do Arroz, instrução estabelecida pelo Ministério da Agricultura em 2009. As redes arroseiras desenvolvidas pelas empresas gaúchas são bastante articuladas e dinâmicas, organizadas na medida em que novas técnicas de comunicação e informação, em conjunto com as inovações tecnológicas na produção agroindustrial, permitem um maior alcance territorial das empresas em outros territórios no país e no exterior. Além disso, algumas



delas também vão ampliar o seu escopo produtivo, quanto à ampliação de opções e tipos de cereal que são gerados dentro das unidades empresariais.

A produção arrozeira moderna no Rio Grande do Sul data desde inícios do século XX, tendo em Pelotas e Cachoeira do Sul como os principais locais de desenvolvimento da produção a partir dos anos 1910. Beskow (1984) aponta que já no primeiro momento o cultivo de arroz possui técnicas bastante avançadas, bem como segue parâmetros capitalistas de produção.

Aqui já se encontraria o embrião do sistema de produção baseado no arrendamento capitalista com o início da conformação das suas três classes sociais fundamentais - proprietário fundiário arrendador, capitalista agrícola arrendatário e assalariados rurais —, estes últimos produzindo um excedente econômico, apropriado e repartido entre aqueles sob a forma de renda fundiária e lucro, a partir da realização da produção no mercado. Desse modo, constituem-se as duas áreas mais importantes do início da lavoura capitalista do arroz no Rio Grande do Sul — a de Cachoeira do Sul, valendo-se dos vales úmidos e cursos d'água da bacia do rio Jacuí, e a de Pelotas, aproveitando os mananciais de água da lagoa dos Patos e do rio Pelotas. (BESKOW, 1984, p. 68).

A produção do arroz gaúcho também vai ser impulsionada pela expansão do mercado consumidor no país, especialmente no Rio de Janeiro, devido ao fato de ser a sede político-administrativa e econômica do país na época. Também ganha impulso com a abolição da escravatura a partir de 1888 e a reformulação da economia cafeeira, na medida em que também ocorre a perda na produção alimentar na região, uma vez que o êxodo rural de ex-escravos e pequenos proprietários fazem com que sejam necessárias as importações de gêneros alimentícios de outras regiões brasileiras. Além disso, Beskow (1984) também chama atenção para as diferenças alimentares entre Rio e São Paulo, que contribuíram para a entrada do arroz gaúcho na então capital federal do Brasil. Enquanto que em São Paulo a imigração italiana influenciou para uma modificação no consumo interno, com maior presença do trigo e do vinho, na então capital federal a colonização portuguesa foi mais preponderante, que não só manteve o consumo de arroz, como também ocorre um aumento demanda em termos absolutos (Beskow, 1984, p. 57).

Territorializada na chamada “Metade Sul” do estado, ela passa a seguir moldes capitalistas desde o seu início, ao contrário da economia charqueadora, que se encontrava em franca decadência nesse período (Pesavento, 1980), com a concorrência dos *saladeiros* platinos, o declínio da escravidão – que dava a base para a mão-de-obra das charqueadas –, e a entrada dos frigoríficos, com um processamento da carne bovina já bem mais avançada e rentável. As estratégias adotadas pelos agentes desde então, como as inovações técnicas adotadas por elas (sistema de irrigação, melhoramento de sementes etc.), influenciam para a expansão e consolidação da economia arrozeira no Rio Grande do Sul.



Atualmente, o estado é o maior produtor orizícola do país, respondendo por cerca de 70% (setenta por cento) do total gerado, bem como é o maior responsável pelas transações comerciais feitas com o cereal no exterior, correspondendo a 95% (noventa e cinco por cento) das exportações e o terceiro posto de maior importador, atrás apenas de Minas Gerais e São Paulo. O Rio Grande do Sul ganha um protagonismo nesse mercado pelo fato de, além de ser pioneiro na produção mecanizada do arroz no país, ser o principal agente inserido na cadeia produtiva do arroz, uma vez que, além do fato de ser líder nacional, a localização geográfica periférica do estado – junto na fronteira do Uruguai e da Argentina – também contribui para que se potencialize os resultados das políticas estabelecidas nas escalas nacional e, principalmente, supranacional, esta em relação ao Mercosul a partir dos acordos firmados no decorrer dos anos 1990, a exemplo do Acordo Setorial 47/1992<sup>3</sup>, firmado para articular as ações de agentes públicos e privados na promoção do setor rizícola.

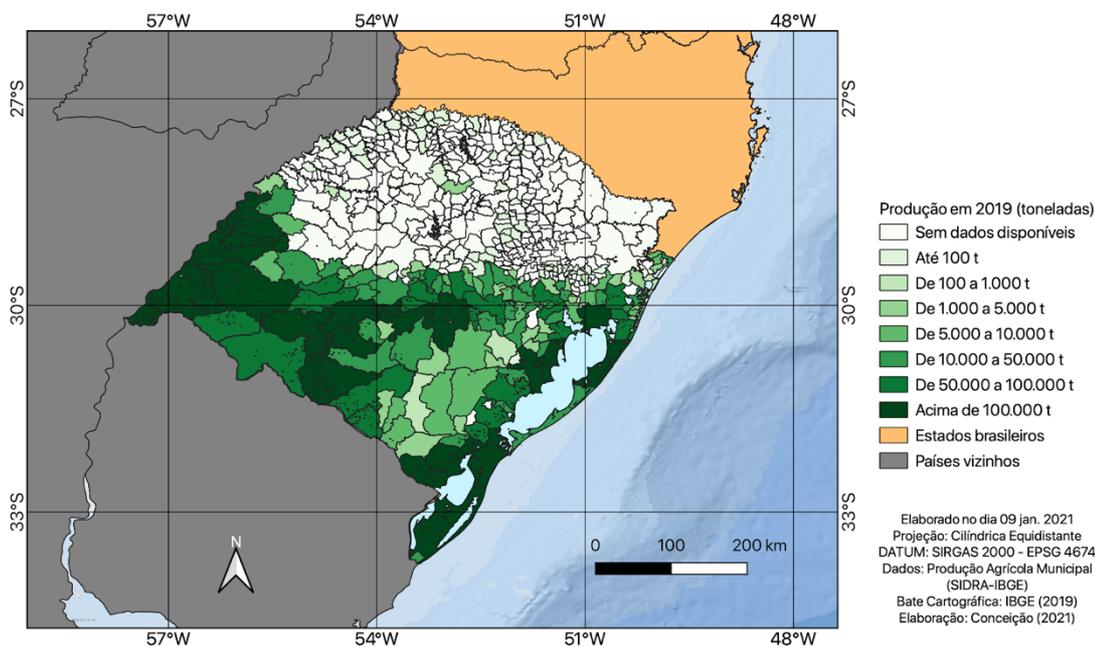
O primeiro mapa apresenta a distribuição territorial da produção arrozeira no Rio Grande do Sul, elaborado a partir das informações coletadas junto ao banco de dados do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Os maiores produtores do estado estão inseridos dentro da “Zona de Fronteira”<sup>4</sup> destacando-se em produtividade os municípios de Uruguaiana, Santa Vitória do Palmar, Itaqui, Alegrete, São Borja e Dom Pedrito nas primeiras posições, estando limítrofes ou próximos às fronteiras com o Uruguai e a Argentina.

---

<sup>3</sup> O referido Acordo Setorial prevê os seguintes objetivos: aplicar a mais avançada tecnologia disponível na produção e na elaboração de arroz; apoiar os desenvolvimentos necessários na melhoria da qualidade das sementes e de suas normas de comercialização; aumentar a produtividade dos cultivos e dos processos de elaboração; fomentar a complementação entre empresas, o investimento, o intercâmbio de tecnologias e a capacitação dos recursos humanos; e contribuir para a harmonização das normas técnicas e de padrões que se apliquem à matéria.

<sup>4</sup> Considera-se a Zona de Fronteira a faixa territorial compreendida entre 150 (cento e cinquenta) quilômetros de extensão, a partir da linha de fronteira terrestre. A concepção é dada pela Constituição, em seu artigo 20, parágrafo segundo.

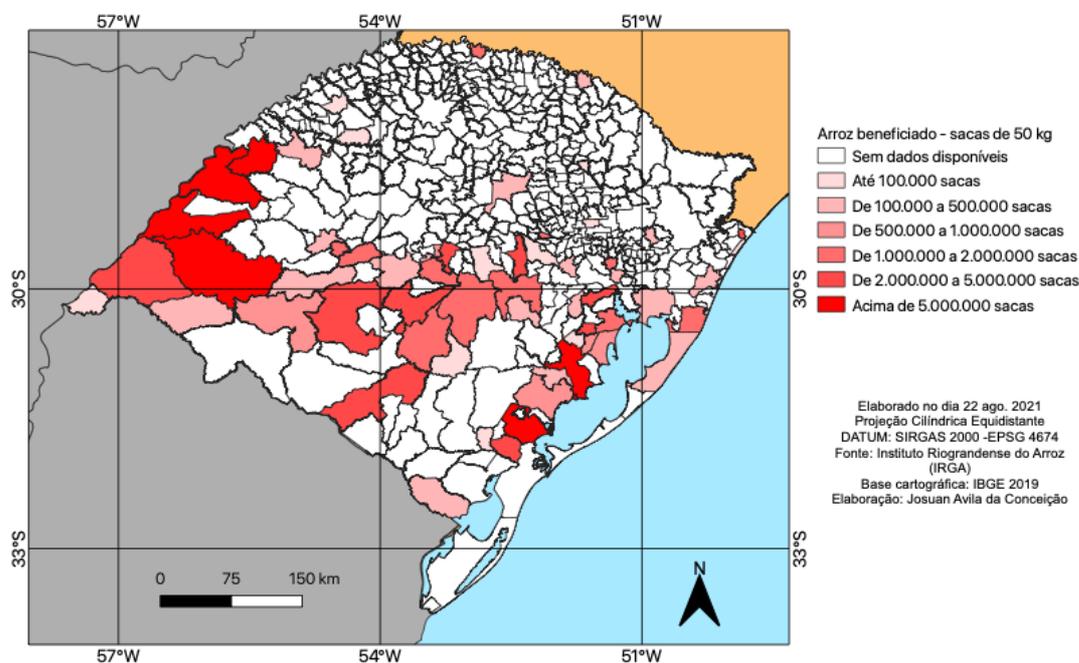
Figura 01 – Produção de arroz, em toneladas, nos municípios do Rio Grande do Sul – ano 2019



Elaborado pelo autor

Quanto à industrialização do arroz, vemos uma reconfiguração territorial do beneficiamento para determinados municípios do estado, ao mesmo tempo em que há uma maior concentração da mesma no território, com cerca de 60 (sessenta) localidades onde a atividade é registrada, embora que a atividade continue predominante na “Metade Sul” do Estado, ainda dentro da “Zona da Fronteira”. A figura 02 nos apresenta essa organização territorial do beneficiamento de arroz gaúcho, cujos dados foram obtidos junto ao Instituto Riograndense do Arroz (IRGA).

Figura 02 – Arroz beneficiado nos municípios do Rio Grande do Sul – sacas de 50 kg



Elaborado pelo autor

Existem em torno de 180 (cento e oitenta) unidades de beneficiamento de arroz no estado, sendo que somente 18 (dezoito) delas são responsáveis por aproximadamente 46% (quarenta e seis por cento) do total beneficiado no estado dentro do mesmo ano. Tais estabelecimentos são organizados por dez grandes empresas arroseiras, presentes nos maiores municípios beneficiadores, destacando-se Pelotas, Camaquã, Itaqui, Alegrete e São Borja como os principais polos territoriais, respondendo pela maior parte do beneficiamento de arroz realizado no estado. No caso de Pelotas, além do contexto histórico, as vantagens comparativas encontradas (maior proximidade de nós de comercialização e exportação, como o Porto de Rio Grande, situação urbana favorável, estando no entroncamento das principais rodovias federais no Estado), fazem com que ela se configure enquanto um dos principais líderes de beneficiamento arroseiros em escala regional e nacional (Conceição, 2015).

A tabela a seguir apresenta a relação das dez maiores empresas de beneficiamento do arroz, elaborada a partir de dados do Instituto Rio-grandense do Arroz (IRGA) no ano de 2018, quanto ao total de produção realizada.



Tabela 01 – Ranking das maiores empresas arroseiras do Rio Grande do Sul, por beneficiamento (ton) e participação (%) – ano 2019

Empresa	Un.	Beneficiamento total (ton)	Participação no total beneficiado (%)
Camil Alimentos S/A.	4	745.062	12,85
Josapar - Joaquim Oliveira S/A	2	471.404	8,13
Pirahy Alimentos Ltda.	2	230.412	3,98
Arrozeira Pelotas Ind. Com. Cereais Ltda.	1	225.300	3,89
SLC Alimentos Ltda.	1	204.373	3,53
Urbano Agroindustrial Ltda.	1	189.309	3,27
Cooperativa Triticola Sepeense Ltda.	3	167.857	2,90
Santa Lucia S.A.	2	141.170	2,44
Nelson Wendt & Cia. Ltda.	1	135.208	2,33
CAAL - Cooperativa Agroindl. Alegrete	1	134.950	2,33
<b>Total das dez empresas</b>	18	2.645.045	45,63
<b>Total geral RS</b>	<b>177</b>	<b>5.796.178</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IRGA

Além dos estabelecimentos instalados no Rio Grande do Sul, as empresas de beneficiamento também possuem uma ampla rede. Tomemos como exemplo as três maiores empresas arroseiras, a saber: Camil Alimentos S/A., Joaquim Oliveira S/A. Participações e Pirahy Alimentos Ltda. No caso da primeira, ela atende um grande mercado tanto dentro do país, quanto nos vizinhos da América do Sul, na medida em que ela expande seus negócios nos países vizinhos ao Brasil a partir dos anos 2000, em paralelo com a sua inserção e participação no mercado financeiro, além da transferência de sua matriz para São Paulo.

A Camil Alimentos S. A. foi fundada pelo sr. João Quartiero no ano de 1963 em Itaquí, inicialmente em um armazém de comercialização de grãos, com o próprio sr. Quartiero tornando-se caminhoneiro, ao transportar mercadorias entre o sul do país até São Paulo, que passa a ser um dos principais mercados para a empresa. No decorrer dos anos 1970, a Camil entra em um processo de expansão de seus negócios. Inicialmente aluga um galpão, com vistas a marcar uma posição no mercado de arroz, ao inserir-se como revendedora de várias marcas já estabelecidas. Já em 1974, adota uma estratégia de venda considerada inovadora: a produção e comercialização de arroz em embalagens de 5 kg (cinco quilos) no mercado, ao invés do



processamento em granel, já indicando maior uma competitividade em relação aos seus concorrentes naquele momento.

Ainda na década de 1970, começa um processo de articulação com mercados em escala nacional, ao estabelecer-se filiais na cidade de São Paulo, reforçando as suas conexões com a metrópole nacional, com a instalação do primeiro centro de armazenamento, distribuição e atendimento em 1975. Tal projeto de expansão continua ativo na década de 1980, no qual dois avanços são verificados: a criação de um moinho em território paulistano, no ano de 1985, e a ampliação do escopo de negócios, ao também comercializar feijão no mercado em 1987. É a partir desse contexto que a empresa passa a adotar o nome "Camil" como a sua marca registrada.

A partir dos anos 1990, a Camil Alimentos, em uma contínua crescente e financeirização de suas atividades e beneficiando-se de uma maior abertura da economia brasileira ao mercado externo, pois vai abrir o seu capital para investimentos externos, tornando-se uma sociedade anônima já em 1996, começando-se aí a entrada do capital financeiro em consonância com o produtivo. Fatores como a expansão dos negócios externos, aliados à uma consolidação do Mercosul e ao fato de tornar-se sociedade anônima acabarão por desenhar a estratégia em caráter global da Camil Alimentos, especialmente a partir da década seguinte.

Entre 2007 e 2009, a Camil Alimentos adquiriu as empresas uruguaia Saman e a chilena Tucapel, líderes no beneficiamento de arroz em seus respectivos países, passando a ter hegemonia no mercado de arroz nos mesmos. No Brasil, a empresa adquiriu a BB Mendes, complexo industrial instalado no Maranhão, ampliando a sua rede de produção e distribuição no país. Um marco fundamental é a financeirização da empresa, mediante a disponibilidade de suas ações em Bolsas de Valores a partir de setembro de 2017 dentro do B3, mas especificamente no Novo Mercado, especializado na comercialização de commodities no sistema financeiro. A Camil Alimentos passou a ter uma maior estabilidade nesse mercado de ações, ainda que oscilando em conformidade com os seus "ânimos". A própria transferência da matriz, de Itaquí para São Paulo, elucida esse processo de metropolização na empresa, uma vez que é na capital paulista o principal centro financeiro e econômico do país. Inclusive, desde os primórdios de sua existência que vemos em São Paulo o principal foco de ações do sr. Quartiero, na medida em que passa a construir uma ampla rede que integra unidades de beneficiamento, centros de distribuição matriz e as instituições financeiras.

A tabela 02 demonstra a relação dos investimentos realizados pela Camil Alimentos fora do país, com as aquisições feitas pela empresa a partir dos anos 2000, bem como os países nos



quais se situam, a porcentagem de participação e a forma de controle feita. As informações foram obtidas nas Declarações Financeiras Intermediárias no site do conglomerado.

Tabela 02 – Relação de investimentos e aquisições efetuadas pela Camil Alimentos, país de origem, porcentagem e forma de controle

Empresa	País	% Controle	Forma de Controle
Agencia Maritima Sur S. A.	Uruguai	40,73	Coligada-indireta
Arroz Uruguayo S.A. - Arrozur	Uruguai	49,19	Coligada-indireta
Camil Uruguay S. A.	Uruguai	100	Controlada-indireta
Camilatam S. A.	Uruguai	100,00	Controlada-direta
Camisaco S. A.	Uruguai	50,00	Coligada-indireta
Costeño Alimentos S. A. C.	Peru	100,00	Indireta
Empresas Tucapel S. A.	Chile	99,94	Indireta
Envaadora Arequipa S. A. C.	Peru	100,00	Indireta
Galofer S. A.	Uruguai	45,00	Coligada-indireta
S. A. Molinos Arroceros Nacionales - SAMAN	Uruguai	100,00	Indireta
Tacua S. A.	Uruguai	40,72	Indireta

Fonte: Declarações Financeiras Intermediárias, Camil Alimentos, 30 nov. 2020.

Por sua vez, a Josapar foi fundada no ano de 1922 em Pelotas por Joaquim Oliveira. Atualmente, a Josapar possui unidades de beneficiamento em diversas cidades do estado e no país. Além de Pelotas, onde fica a sua matriz, a empresa conta com fábrica no município de Itaqui e infraestrutura de silos de armazenagem em Santa Vitória do Palmar e Dom Pedrito. Outros municípios nos quais a Josapar também se faz presente são: Campo Largo (Paraná), Recife (Pernambuco), Fortaleza (Ceará), Belo Horizonte (Minas Gerais) e Brasília, nessas com filiais de distribuição dos produtos beneficiados, o que também viabiliza a rede de negócios da empresa ao longo do território nacional.

Por fim, a empresa Pirahy Alimentos Ltda., terceira colocada no beneficiamento de arroz no território gaúcho. Ela possui sua matriz no município de São Borja, iniciando as suas atividades em 1975, no primeiro momento sob o nome de Cerealista Pirahy. Também passando por um processo de expansão desde a sua origem, a Pirahy Alimentos possui unidades e mercados tanto dentro do Rio Grande do Sul, quanto em outras unidades da federação, nas



regiões Sul (Santa Catarina e Paraná, além do Rio Grande do Sul), Sudeste (nos quatro estados), Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul e Distrito Federal) e Nordeste (Bahia e Ceará).

As análises feitas somente nas três referidas empresas mostram que elas se inserem em uma ampla cadeia produtiva que engloba diversas escalas geográficas, desde o local – na produção e colheita do cereal nas propriedades rurais e o beneficiamento propriamente dito –, passando pelo regional – articulação com o poder público –, até o supranacional/global – na abrangência dos mercados alcançados pelas arrozeiras, bem como os investimentos e aquisições feitas por elas. Ainda que possam ter uma articulação territorial “mais restrita”, sem a mesma abrangência do que a apresentada pela líder Camil, as demais arrozeiras gaúchas são influenciadas pelo movimento de modernização da economia, tanto no meio rural – com a introdução de maquinários, insumos, técnicas de cultivo e melhoramento genético – quanto na industrialização – mediante a implantação de maquinários e a diversificação das mercadorias produzidas nos estabelecimentos.

A territorialização arrozeira também passa pela presença de um agente público, com a ação do Instituto Riograndense do Arroz (IRGA) enquanto órgão imbuído de um papel articulado entre técnica e produção. Fundado na década de 1930, foi uma iniciativa do então Sindicato dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul, visando a articulação da classe produtora e a promoção da pesquisa e assistência técnica para o desenvolvimento das lavouras. Foi promulgada através do Decreto n. 7.296 de 1938, e posteriormente foi promovida à entidade pública por intermédio do Decreto-lei n. 20, em 20 de junho de 1940. Atualmente, o IRGA conta com uma estrutura ampla, dentre as quais destaca-se a Estação Experimental do Arroz, localizada em Cachoeirinha.

O IRGA tem a função de estudar e desenvolver novas tecnologias para a cadeia produtiva do arroz, mediante o melhoramento genético, produção de sementes, agronomia e pós-colheita. As suas políticas setoriais envolvem ainda uma organização regional adotada pelo instituto, através da implantação de 06 (seis) Coordenadorias Regionais (CR's) e Núcleos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Nates), estes últimos presentes em 41 (quarenta e um) municípios gaúchos, com Pelotas, Uruguaiana, Cachoeira do Sul, Rosário do Sul, Guaíba e Santo Antônio da Patrulha como os municípios-sedes de cada uma das coordenadorias.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O beneficiamento de arroz é um dos setores econômicos ativos no Rio Grande do Sul, tanto pelo fato do estado ser o maior produto de cereal no país, quanto por envolver uma imensa gama de serviços e outras indústrias envolvidas no seu processamento industrial, englobando territórios que articulam tanto os locais de produção arrozeira no campo, quanto os mercados consumidores nos âmbitos regional e nacional. Uma verdadeira cadeia de produção com dinâmica territorial própria é organizada por esses empreendimentos, com a combinação de redes estabelecidas nos locais de atuação, com uma troca constante de mercadorias, serviços e informações.

Desde as suas origens, a lavoura moderna de arroz no território gaúcho segue parâmetros capitalistas de produção, incluindo o uso do trabalho assalariado, aliado com o uso de sistemas técnicos que elevam e qualificam a produtividade, através do uso da irrigação, do selecionamento genético, da inovação no plantio e colheita etc. Não obstante, percebemos que a lavoura arrozeira é desenvolvida na grande propriedade, outrora muitas vezes destinada à criação de gado no passado, nas antigas sesmarias que levaram à formação socioterritorial na “Metade Sul”. Constituiu-se em uma estrutura no campo, na qual Beskow (1984) chega a afirmar como um complexo econômico rural gado-arroz, no qual havia o arrendamento capitalista de terras, durante períodos de crise da pecuária, para cultivo do arroz para o lavoureiro, tendo em vista os maiores retornos econômicos do que a criação de gado. O mesmo autor vai apontar para três importantes agentes para essa organização capitalista do arroz no campo: “os assalariados rurais produtores do excedente econômico, os arrendatários capitalistas receptores do lucro e os proprietários fundiários receptores da renda fundiária” (BESKOW, 1984, p. 72).

Muitas questões ainda precisam ser trazidas à tona, dada a intensidade e as diferentes escalas das redes estabelecidas pelas arrozeiras gaúchas, que serão devidamente esclarecidas no transcórper do trabalho. Contudo, tendo em vista o contexto espaço-territorial da organização arrozeira, mais os resultados preliminares sobre as empresas atuais, podemos demonstrar que existe uma dinâmica territorial das mesmas, evidenciando que os seus agentes se articulam em múltiplos espaços nos quais elas se fazem presentes, bem como que o aprimoramento das redes técnicas incorporadas no território contribui para a sua expansão, ainda que persistem as enormes contradições e problemas no interior da cadeia produtiva – tais como a elevada carga



tributária e os altos custos dos insumos, que levam a uma consequente redução dos retornos e lucros aos produtores.

Compreender o processo de produção e distribuição das empresas de beneficiamento do Rio Grande do Sul e a gestão da sua cadeia de valor contribui não somente a conhecer a estrutura produtiva do arroz, como também trazer contribuições que promovam uma política de desenvolvimento socioeconômico em escala regional.

## REFERÊNCIAS

Acordo Setorial n. 47/1992 do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/documentos-e-normativa/normativa/>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

ABUCHAIM, V. R. **O tropeiro que se fez rei**. Porto Alegre: Gráfica Mosca Ltda., 2013.

AYRES, A. **Setor arrozeiro**: Panorama da produção e da competitividade no Mercosul e da localização espacial da atividade no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento). Porto Alegre: PUCRS, 2010.

AYRES, A (et. al). "Indústria arrozeira no Rio Grande do Sul: notas sobre a localização da atividade e a estrutura produtiva". In: **Encontro de Economia Gaúcha**. v. 5, 2010, Porto Alegre. Anais. Disponível em: <<http://cdn.feee.tche.br>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

BARROS, S. F. S. "O método regressivo-progressivo como possibilidade para os estudos das cidades médias". In: **Revista Cerrados**. Montes Claros: v. 16, n. 2. ago./dez. 2018. p. 110-125.

BESKOW, P. R. **A formação da economia arrozeira no Rio Grande do Sul**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 4, n. 2, 1984. p. 55-84.

Camil Alimentos S.A. Disponível em: <<https://camilalimentos.com.br>>. Acesso em: 19 set. 2020.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 21a. ed. rev. e ampli. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

CONCLA - Comissão Nacional de Classificação. Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/concla.html>>. Acesso em: 19 set. 2020.

CONCEIÇÃO, J. A. **A indústria alimentícia na cidade de Pelotas-RS e sua participação na divisão territorial do trabalho no Rio Grande do Sul: o caso do beneficiamento de arroz**. Rio Grande: Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande (FURG), 2015 (Dissertação de Mestrado).



Demonstrações Financeiras Intermediárias, Camil Alimentos S. A. 30 nov. 2020. Disponível em: <<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/65f65acb-ad9a-44b1-a3d5-620b6199a637/a14419c8-e2a1-ab8b-37ec-d546a923a9e5?origin=2>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (orgs.). **Rede, Sociedade e Territórios**. 3a. ed. rev. ampli. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do "fim dos territórios" à Multiterritorialidade. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

HENKIN, H. **A Economia do Arroz**: competitividade e estratégias de desenvolvimento da cadeia produtiva do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2010.

Regulamento Técnico do Arroz. Instrução Normativa n. 6, 16 fev. 2009. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-vegetal/legislacao-1/normativos-cgqv/pocs/instrucao-normativa-no-6-de-16-de-fevereiro-de-2009-arroz/view>>. Acesso em: 25 set. 2021.

IRGA - Instituto Riograndense do Arroz. Disponível em: <<https://irga.rs.gov.br/inicial>>. Acesso em: 19 set. 2020.

JOSAPAR. Disponível em: <<https://josapar.com.br/a-empresa/>>. Acesso em: 19 set. 2020.

LEFEBVRE, H. **De lo rural a lo urbano**. 4ª. ed. Barcelona: Península, 1978.

MARTINS, J. S. "A dialética do método regressivo-progressivo em dois temas brasileiras: cidade e campo". In: **35ª. Reunião Anual da Anpocs**. 2012. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/35-encontro-anual-da-anpocs/mr-5/mr17/1279-a-dialectica-do-metodo-regressivo-progressivo-em-dois-temas-brasileiros-cidade-e-campo/file>>. Acesso em: 16 out. 2021.

MENDEZ, R. **Geografía económica**: La lógica espacial del capitalismo global. 2ª. ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2004.

MENDEZ, R.; CARAVACA, I. **Organización Industrial y Territorio**. Madrid: Editorial Síntesis, 1999.

OLIVEIRA NETO, A. A. de. (org.). **A Cultura do Arroz**. Brasília: Conab, 2015. Pirahy Arroz Prato Fino. Disponível em: <<http://www.pratofino.com.br/pirahy>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

PESAVENTO, S. **República Velha Gaúcha**: charqueadas, frigoríficos, criadores. Porto Alegre: Movimento/IEL, 1980.

Planeta Arroz. Disponível em: <<http://www.planetaarroz.com.br>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

ROSIÈRE, Stéphane. **Géographie politique & Géopolitique**. Une grammaire de l'espace politique. 2ª. ed. Paris: Ellipses. 2007. Capítulo 2 da Segunda Parte. Les acteurs géopolitiques. P. 283-346. (traduzido).



SILVEIRA, R. L. L.; FELIPPI, A. C. T. (orgs.). **Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: perspectivas e desafios**. Florianópolis: Insular, 2018.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4ª. ed. 2ª. reimp. São Paulo: EDUSP, 2006.

Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em:  
<<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 jan. 2021.

SOUZA, A. R. L. de. **Competitividade da cadeia produtiva de arroz beneficiado do Rio Grande do Sul e do Uruguai: um estudo utilizando a Matriz de Análise de Políticas (MAP)**. Tese (Doutorado em Agronegócios). Porto Alegre: UFRGS, 2014.

SPOSITO, E. S. (org.). **Glossário de Geografia Humana e Econômica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

ZAMBERLAN, C. O. **Comportamento inovador dos agentes agroindustriais: uma análise da agroindústria de beneficiamento de arroz no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Porto Alegre: UFRGS, 2011.